

**ESMESC**Escola Superior
da Magistratura
do Estado de
Santa Catarina

**PROCESSO SELETIVO DE INGRESSO AO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
DE PREPARAÇÃO AO INGRESSO NA MAGISTRATURA CATARINENSE DA
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA
CATARINA – ESMESC**

EDITAL 014 /2021

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. A Prova é composta por 60 (sessenta) questões objetivas da Prova Seletiva Objetiva - 1º Etapa e 3 (três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva - 2º Etapa.
2. O aluno terá apenas **uma tentativa de resolução** das questões da prova.
3. A data de realização da prova será 03 de julho de 2021 (das 08h até as 11h30).
4. O tempo de realização da prova será de 3:30 horas. **ONLINE**, a prova deve ser iniciada e concluída nesse tempo. Após este período, o sistema fechará a atividade e somente o que foi respondido será enviado.
5. A segunda etapa da prova (prova discursiva) **somente será liberada após o candidato encerrar a primeira (prova objetiva)**, clicando em "**salvar tudo e enviar**" (encerrando assim a prova objetiva).
6. Não será admitido o uso de quaisquer outros materiais de consulta, mesmo que para rascunho, nem será permitida a comunicação com terceiros.
7. O resultado da avaliação, em nota, estará disponível no dia 05 de julho, após às 12h. Para visualizar o estudante deverá acessar este ambiente virtual e clicar, no menu à esquerda, no link Notas.
8. O gabarito com as respostas será publicado no portal da Esmesc, após às 13h do dia 03 de julho.
9. O período para a interposição de recursos à Prova Seletiva Objetiva - 1ª Etapa inicia em 05 de julho e termina no dia 07 de julho de 2021, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
10. O resultado final da primeira etapa será divulgado até o dia 08 de julho de 2021.
11. O resultado preliminar da segunda etapa estará disponível no dia 15 de julho de 2021.
12. O período para a interposição de recursos à Prova Seletiva Discursiva - 2ª Etapa, será de 15 de julho até 17 de julho de 2021, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
13. Todos os recursos deverão ser encaminhados em formulário próprio disponível na página da Esmesc. Recursos apresentados em outros formulários não serão recebidos.

BOA PROVA!

Florianópolis, 03 de julho de 2021.



**PROCESSO SELETIVO DE INGRESSO AO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
PREPARAÇÃO AO INGRESSO NA MAGISTRATURA CATARINENSE DA ESCOLA
SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – ESMESC
PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III**

**Edital 014/2021
Prova Seletiva Objetiva – 1ª Etapa**

LÍNGUA PORTUGUESA

01. A colocação pronominal relaciona-se à correta posição do pronome oblíquo átono na frase. Assinale a única assertiva CORRETA:

- a) Em tratando-se de obra de outro autor, se faz necessária a referência.
- b) Não abandone-me nas orientações das novas jornadas de estudos.
- c) Assim se resolvem os exercícios para ter sucesso no concurso.**
- d) Nunca convidam-me para estudar no grupo de direito penal.
- e) Não encontrei o caminho que indicaram-me.

02. Assinale o período gramaticalmente CORRETO relacionado à crase:

- a) Ela foi levada a força.
- b) Sejam^{os} úteis à sociedade.**
- c) A proporção que estudares, progredirás.
- d) Encomendamos à revista científica para estudos.
- e) Saiu do ambiente de aprendizagem as duas horas.

03. Em “Ora, Excelência, faz-se importante enaltecer a presença da prova.”, as vírgulas:

- a) São utilizadas para separar verbo.
- b) São utilizadas para separar vocativo.**
- c) São utilizadas em razão de ser aposto.
- d) São utilizadas para separar predicado anteposto.
- e) São utilizadas para separar verbo do seu complemento.

04. Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas:

I. _____ você não respondeu todas as questões do exercício?

II. Você não respondeu meu e-mail, _____?

III. Não quero saber o _____ de sua decisão.

- a) Por quê - por quê - porquê
- b) Por que - porque - por quê
- c) Por que - porquê - por que
- d) Por que - porque - porque
- e) Por que - por quê - porquê**

05. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas DE ACORDO com a nova ortografia:

- a) super-homem / hiper-romântico / coautor.**
- b) super-homem / hiperromântico / co-autor.
- c) super-homem / hiperromântico / coautor.
- d) super-homem / hiper-romântico / co-autor.
- e) superhomem / hiperromântico / co-autor.



06. Assinale a alternativa que complete a frase com as formas CORRETAS de acordo com a nova ortografia: “Fiz o _____, mas jamais conseguiria fazer a _____.”

- a) auto-retrato / autobiografia.
- b) autorretrato / autobiografia.**
- c) autorretrato / auto-biografia.
- d) auto-retrato / auto-biografia.
- e) autoretrato / auto-biografia.

07. Assinale a única CORRETA sobre a colocação pronominal.

- a) Alguém chama-me.
- b) Nunca deixe-me só.
- c) Nada me fará mudar de ideia.**
- d) Quem chamou-me?
- e) Onde viste-me?

08. Em “Art. 32, § 3º, da Constituição Federal.”, as vírgulas:

- a) Indicam verbos de elocução.
- b) Indicam vocativo.
- c) Separam sujeito do predicado.
- d) Separam verbo do seu complemento.
- e) Indicam aposto.**

09. O sinal indicativo de crase não é usado na frase “Os estudantes resolveram fazer os exercícios de direito civil no estilo ‘remédio gota a gota’”, pois:

- a) Diante de locuções repetidas não se usa a crase.**
- b) Diante de palavra feminina não se usa crase.
- c) Diante de palavra negativa não se usa crase.
- d) No caso exposto a crase é facultativa.
- e) Diante de verbo não se usa crase.

10. Assinale a alternativa que complete a frase com as formas CORRETAS de acordo com a nova ortografia: “Ele não _____ terminar o relatório na semana passada, pois ele não _____ de conversar com o colega. Quem sabe nesta semana ele _____.”

- a) pode / para / pôde.
- b) pôde / pára / pôde.
- c) pode / pára / pôde.
- d) pôde / para / pode.**
- e) pôde / pára / pode.

DIREITO CIVIL

11. Considerando as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a posição doutrinária a respeito da interpretação dessas normas, assinale a opção correta.

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país três meses depois de oficialmente publicada.
- b) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.**



- c) Quanto à retirada de vigência de uma norma jurídica, poderá ocorrer de duas formas: revogação parcial, também chamada de ab-rogação; ou revogação total, também chamada de derrogação.
- d) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- e) Reputa-se ato jurídico perfeito a decisão judicial de que já não caiba recurso.

12. Acerca da personalidade e da capacidade, assinale a opção correta à luz do Código Civil:

- a) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- b) A menoridade cessa aos vinte e um anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- c) A emancipação voluntária ocorre pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial, desde que o menor haja completado dezesseis anos.
- d) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.
- e) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.

13. A respeito da desconsideração da personalidade jurídica, indique a opção correta com fundamento na legislação vigente, no entendimento doutrinário majoritário e na jurisprudência dominante do STJ.

- a) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- b) Entende-se por desvio de finalidade a ausência de separação de direito entre os patrimônios, caracterizada por cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa; transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; e outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial.
- c) Confusão patrimonial é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- d) O Código Civil de 2002 adota a Teoria Maior da Desconsideração da Personalidade Jurídica, pois considera necessário que tenha ocorrido abuso de personalidade jurídica, caracterizado por desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- e) A existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos legais autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica

14. A propósito dos defeitos do negócio jurídico, assinale a opção correta com fundamento no Código Civil:

- a) São nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.



- b) Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão culposa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado.
- c) Configura-se a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- d) Ocorre o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- e) **Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial.**

15. A respeito dos institutos da prescrição e decadência, é correto afirmar que:

- a) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- b) Os absolutamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.
- c) A prescrição ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- d) **Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.**
- e) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz pode suprir a alegação.

16. Acerca da responsabilidade civil, o Código Civil determina que:

- a) **Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.**
- b) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, ainda que seja comprovada força maior.
- c) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.
- d) Se a vítima tiver concorrido dolosamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de seu dolo em confronto com a do autor do dano.
- e) Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz aumentar, equitativamente, a indenização.

17. Em relação aos danos morais, é entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça:

- a) O direito à indenização por danos morais não se transmite com o falecimento do titular.
- b) Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, cabe indenização por dano moral ainda que preexistente legítima inscrição, além do direito ao cancelamento.
- c) **A pessoa jurídica pode sofrer dano moral.**
- d) A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do evento danoso.
- e) Os juros moratórios fluem a partir da citação, em caso de responsabilidade extracontratual.

18. Quanto aos efeitos da posse, o Código Civil disciplina:

- a) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho, restituído no de turbacão, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.
- b) Obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa.
- c) O possuidor de boa-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais,



salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.

d) O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos.

e) O possuidor de má-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa.

19. Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

À luz do Código Civil e do entendimento doutrinário sobre o tema, o enunciado trata da usucapião

a) especial urbana.

b) extraordinária.

c) ordinária.

d) tabular.

e) familiar.

20. Assinale a opção correta a respeito das espécies de contratos regidos pelo Código Civil.

a) Na doação, o doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio, se sobreviver ao donatário.

b) No contrato de compra e venda, ficarão as despesas de escritura e registro e da tradição a cargo do comprador, salvo cláusula em contrário.

c) Pelo contrato estimatório, o consignante entrega bens imóveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada.

d) Na locação de coisas, uma das partes se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de coisa fungível, mediante certa retribuição.

e) No contrato de transportes, a responsabilidade do transportador por acidente com o passageiro é elidida por culpa de terceiro ou força maior.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Segundo determina o Código de Processo Civil, “Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida”. Essa disposição, entretanto, segundo o próprio CPC, NÃO se aplica:

a) Ao pedido de tutela de evidência realizado com base no abuso do direito de defesa;

b) Aos embargos de declaração com efeito modificativo;

c) Ao pedido de tutela provisória de urgência;

d) Ao requerimento do devedor para substituição do bem penhorado;

e) Todas as alternativas anteriores;

22. Quanto às regras de competência previstas no Código de Processo Civil, é correto afirmar:

a) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu;

b) Tendo mais de um domicílio, o réu será demandado no foro de qualquer deles;

c) Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele poderá ser demandado onde for encontrado ou no foro de domicílio do autor;

d) Havendo 2 (dois) ou mais réus com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor.



e) Todas as alternativas anteriores.

23. Ainda quanto às regras de competência previstas no Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- a) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa;
- b) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro do domicílio do réu;
- c) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro do domicílio do autor;
- d) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa, do domicílio do autor ou do domicílio do réu, sendo de livre escolha da parte;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

24. Relativamente à capacidade processual, é INCORRETO afirmar:

- a) Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo;
- b) O incapaz será representado ou assistido por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei;
- c) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- d) O juiz nomeará curador especial ao réu preso revel quando representado pela Defensoria Pública.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

25. No que diz respeito aos Juizados Especiais, são princípios orientadores segundo diz a Lei n. 9.099/95:

- a) Oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade;
- b) Oralidade, simplicidade, informalidade, duplo grau obrigatório de jurisdição e celeridade;
- c) Contraditório, informalidade, economia processual e eficiência;
- d) Contraditório, informalidade, economia processual e ampla defesa;
- e) Todas as alternativas anteriores.

26. No sistema dos Juizados Especiais, segundo expressamente diz a Lei, qual modalidade de citação NÃO se admite:

- a) Citação por Oficial de Justiça;
- b) Citação por correspondência;
- c) Citação por AR, seja ou não MP (“Mão própria”);
- d) Citação por edital;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

27. Quanto às ações previstas na Lei n. 8.245/91 é INCORRETO afirmar:

- a) Nas ações de despejo a concessão da liminar para desocupação em quinze dias tem como requisito, dentre outros, a necessidade de prestar caução em valor equivalente a três meses de aluguel;
- b) É competente para conhecer e julgar as ações o foro do lugar da situação do imóvel, salvo se outro houver sido eleito no contrato;
- c) Exceto na hipótese do inciso II do art. 47 da Lei, o valor da causa corresponderá a doze meses de aluguel;



d) Nas ações de despejo fundadas na falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação o locatário e o fiador poderão evitar a rescisão da locação efetuando, no prazo de 15 (quinze) dias contados da citação, a purgação da mora, independentemente de cálculo e mediante depósito judicial das verbas apontadas na lei.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

28. Relativamente aos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa previstos no Código de Processo Civil, considere as seguintes afirmações:

I – Nas demandas de consignação em pagamento, tratando-se de prestações sucessivas, consignada uma delas, pode o devedor continuar a depositar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo, desde que o faça em até 5 (cinco) dias contados da data do respectivo vencimento;

II - Na pendência de ação possessória é vedado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, exceto se a pretensão for deduzida em face de terceira pessoa;

III – Proposta ação de manutenção e/ou reintegração de posse depois do prazo de ano e dia da turbacão ou do esbulho afirmado na petição inicial a demanda perde o caráter possessório e passa a tramitar pelo procedimento comum;

IV – Os embargos de terceiro opostos pela constrição indevida de bem imóvel podem ser manejados pelo terceiro proprietário, inclusive fiduciário.

Diante das afirmações feitas, **é correto o que se afirma em:**

a) I, II, III e IV;

b) I, II e IV;

c) II, III e IV;

d) I, III e IV;

e) Nenhuma das afirmações está correta.

29. De acordo com o Código de Processo Civil, NÃO constitui título executivo extrajudicial:

a) O documento público assinado pelo devedor;

b) Os contratos de seguro em geral;

c) A debênture;

d) O crédito decorrente de laudêmio;

e) As despesas de condomínio.

30. Segundo recente julgado do Superior Tribunal de Justiça (a jurisprudência é fonte do Direito), dentre os bens/direitos impenhoráveis previstos no art. 833 do Código de Processo Civil, inclui-se:

a) A indenização por morte em decorrência do seguro obrigatório por Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres;

b) A indenização em decorrência de seguro facultativo de responsabilidade civil por danos materiais;

c) A indenização decorrente de dano moral reconhecido no âmbito da Justiça Estadual;

d) A indenização decorrente de danos materiais causados por ato ilícito de particular;

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

**31. Quanto ao delito de homicídio, é CORRETO afirmar que:**

- a) No homicídio doloso é causa de aumento se o crime for praticado contra autoridade ou agente das forças de segurança pública.
- b) No homicídio doloso a pena é aumentada se o crime for praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.
- c) No homicídio doloso simples o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências de uma infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- d) A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado durante a gestação ou nos 6 (seis) meses posteriores ao parto;
- e) O perdão judicial previsto no art. 121 §5º pode ser aplicado à hipótese de homicídio privilegiado.

32. O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que o apenado tenha bons antecedentes, não seja reincidente em crime doloso e já tenha cumprido mais de:

- a) 1/3 (um terço) da pena;
- b) 1/4 (um quarto) da pena;
- c) 1/2 (metade) da pena;
- d) 2/3 (dois terços) da pena;
- e) 1/6 (um sexto) da pena

33. Quanto ao cumprimento de pena, é CORRETO afirmar que:

- a) A reincidência não influencia na determinação do regime inicial de cumprimento de pena.
- b) A pena de reclusão pode ser cumprida nos regimes aberto, semiaberto ou fechado, enquanto a pena de detenção deve ser cumprida apenas em regime aberto.
- c) O condenado a pena igual ou inferior a quatro anos poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto, mesmo sendo reincidente.
- d) Ocorrendo a necessidade da conversão das penas restritivas de direito, impostas na sentença, em privativa de liberdade, a determinação será feita obrigatoriamente na ação penal originária, sob pena de ofensa à coisa julgada.
- e) O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.

34. Quanto ao instituto da prescrição, é CORRETO afirmar que:

- a) A prescrição só começa a correr para os crimes de falsidade documental na data em que o fato se tenha tornado conhecido.
- b) Não se aplica às penas restritivas de direito os mesmos prazos previstos para as privativas de liberdade.
- c) Os crimes mais leves prescrevem com os mais graves, quando cometidos em concurso de delitos.
- d) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.
- e) A pena de multa, quando for única e isoladamente aplicada, prescreve em 05 (cinco) anos.

**35. Na aplicação da pena, é CORRETO afirmar que:**

- a) O Juiz, na terceira fase da operação de dosimetria das penas, atentarà à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.
- b) O comportamento da vítima é uma circunstância que agrava a pena pela condição pessoal do autor.
- c) A folha de antecedentes criminais é documento suficiente para a comprovação de reincidência e maus antecedentes, não prevalecendo a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação.
- d) A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, bastando que o acusado admita a posse ou propriedade da substância, ainda que para uso próprio.
- e) A comprovada atividade de organização ou direção na atividade delitual, por um dos agentes, não implica a ele maior carga de penalidade, por força da teoria monista.

36. As penas restritivas de direitos elencadas no artigo 43 do Código Penal são, EXCETO:

- a) Prestação pecuniária.
- b) Apresentação semanal em Juízo para justificação de atividades;
- c) Interdição temporária de direitos.
- d) Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.
- e) Perda de bens e valores.

37. Sobre a aplicação de penas e da Lei Penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- b) Tendo o réu confessado espontaneamente sobre a autoria do crime perante a autoridade policial poderá ter sua pena atenuada, desde que não se retrate sobre essa declaração em juízo.
- c) A reincidência penal pode ser utilizada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.
- d) O juiz ao fixar a pena de multa deve atender, obrigatoriamente, à situação econômica do réu, podendo inclusive ser aumentada até o dobro, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo.
- e) Reconhecido o crime continuado ou o concurso formal, a pena de multa será fixada nas mesmas proporções da pena de prisão.

38. Quanto aos crimes contra a dignidade sexual, é CORRETO dizer que:

- a) Configura fato típico expor ou distribuir publicamente qualquer objeto obsceno.
- b) É fato atípico uma pessoa com 18 anos manter relacionamento amoroso consensual com adolescente de 13 anos há mais de 01 ano.
- c) Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro, caracteriza contravenção penal tipificada como importunação ofensiva ao pudor.



- d) A ação penal é pública condicionada à representação no crime de estupro de vulnerável.
- e) O estupro coletivo, para configurar-se, precisa do concurso de 03 (três) ou mais agentes.

39. Quanto ao concurso de crimes, é CORRETO dizer que:

- a) O concurso formal de crimes ocorre quando praticam dois ou mais crimes, mediante mais de uma ação ou omissão.
- b) No concurso formal, tendo o agente praticado dois crimes mediante uma ação dolosa, devem-se aplicar cumulativamente as penas se os crimes concorrentes resultarem de desígnios autônomos.
- c) No concurso formal, aplica-se a pena mais grave cabível, ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso de um terço até metade.
- d) No concurso formal a pena de multa deverá receber o mesmo acréscimo imposto à pena privativa de liberdade.
- e) No concurso de infrações, executam-se primeiro as penas dos delitos mais leves.

40. O princípio do “*nemo tenetur se detegere*”, em Direito penal, relaciona-se:

- a) Ao princípio da legalidade;
- b) Ao princípio da tipicidade;
- c) Ao princípio do devido processo penal;
- d) Ao princípio da oficialidade.
- e) Ao princípio da anterioridade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. Sobre o novo acordo de não persecução penal, é correto afirmar:

- a) É aplicável a qualquer espécie de crime com pena mínima cominada inferior a quatro anos.
- b) Na linha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, retroage para alcançar fatos anteriores à vigência da lei, mesmo se já recebida a denúncia.
- c) No caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo, incumbe ao juiz, discordando das razões, remeter os autos ao Procurador-Geral de Justiça independente de requerimento do investigado.
- d) Uma vez celebrado pelo Ministério Público, o investigado e o defensor, será homologado de plano pelo juiz, desde que presentes os requisitos legais.
- e) Homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução penal.

42. Sobre a perícia oficial no processo criminal e os esclarecimentos a seu respeito, é correto afirmar:

- a) Quando produzida na fase de inquérito policial, a perícia oficial deve ser sempre inteiramente renovada no curso do processo criminal, em homenagem aos princípios da ampla defesa e contraditório.
- b) No curso do processo criminal, é permitido às partes requerer a oitiva dos peritos em audiência, desde que antecipadamente formulem os esclarecimentos ou quesitos a serem respondidos, sob pena de indeferimento.
- c) Requerida a oitiva do perito em audiência, fica ele obrigado ao comparecimento pessoal em juízo, sem possibilidade de apresentar as respostas por escrito em laudo complementar.
- d) Não há previsão no Código de Processo Penal para a inquirição de assistentes técnicos em



audiência.

e) Mesmo havendo perito oficial, é possível a realização das perícias por duas pessoas idôneas, portadoras de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

43. Sobre a citação por edital e seus desdobramentos no processo criminal, é correto afirmar:

a) A citação por edital não pressupõe o esgotamento das tentativas de localização do acusado.

b) A produção de provas urgentes após a suspensão do processo pode ser fundamentada na possibilidade abstrata de prejuízo da instrução probatória pelo decurso do tempo.

c) Não há nulidade na citação por edital do acusado que se encontrava preso em unidade diversa da federação por decisão proferida em processo estranho, se não constava notícia desse fato na ação penal.

d) As jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça pacificaram-se no sentido de que a suspensão do prazo prescricional em decorrência da suspensão da ação penal não contempla limite máximo de tempo.

e) Desde que presentes os pressupostos e fundamentos respectivos, pode o juiz, independente de requerimento, decretar a prisão preventiva do acusado que, citado por edital, não comparece ao processo.

44. Sobre a fase de diligências no processo criminal, é correto afirmar:

a) Não existe previsão no Código de Processo Penal para a fase de diligências no procedimento comum sumário.

b) Produzidas as provas na audiência de instrução e julgamento, têm direito as partes à realização de diligências independente da possibilidade de já terem formulado o requerimento na resposta à acusação, não incidindo a preclusão temporal.

c) A necessidade da realização de diligências não se insere em um juízo de discricionariedade do juiz, bastando a justificativa das partes.

d) É obrigação do juiz, após encerrada a coleta das provas em audiência, instar as partes a esclarecerem sobre seus interesses na realização de diligências, sob pena de nulidade.

e) Deferida a realização da diligência, após sua conclusão deverá o juiz designar audiência em continuação para pessoalmente receber as alegações finais orais e ali proferir a sentença.

45. Sobre a decretação da prisão preventiva após prisão em flagrante, de acordo com a mais recente jurisprudência dos tribunais, especialmente os superiores, é correto afirmar:

a) Pode ser realizada pelo juiz de ofício.

b) Pode ser realizada pelo juiz se houver representação da autoridade policial pela conversão da prisão do conduzido em preventiva, neste caso independente de manifestação diversa do Ministério Público.

c) Exige impreterivelmente o requerimento do Ministério Público, por ser o titular da ação penal, não bastando a representação isolada da autoridade policial.

d) Relaxada a prisão em flagrante por inexistência de estado de flagrância, é vedado ao juiz no mesmo ato decretar a prisão preventiva, ainda que haja requerimento do Ministério Público.

e) Uma vez concedida a liberdade provisória na homologação da prisão em flagrante, é facultado ao juiz, em qualquer caso, retratar-se depois para decretar a prisão preventiva.

46. Sobre o princípio da correlação entre a denúncia e a sentença no processo penal, é correto afirmar:

a) Tanto a hipótese de *emendatiolibelli* quanto a de *mutatiolibelli* exigem o aditamento da



denúncia ou da queixa.

b) Aditada a denúncia ou a queixa para a inclusão de elementar ou circunstância do tipo penal, não precisa o juiz oportunizar manifestação defensiva antes de decidir pela admissão do aditamento.

c) É desnecessário renovar o interrogatório do acusado após admitido o aditamento da denúncia ou da queixa.

d) Havendo aditamento da denúncia ou da queixa, uma vez recebido, fica o juiz, na sentença, adstrito aos termos do aditamento;

e) aditada a denúncia ou a queixa para a inclusão de elementar ou circunstância do tipo penal, é vedado o arrolamento de novas testemunhas pelas partes, sob pena de surpresa.

47. Sobre a intimação do acusado da sentença no processo penal, é correto afirmar:

a) O acusado preso será pessoalmente intimado da sentença condenatória apenas se assistido pela Defensoria Pública ou defensor dativo.

b) O acusado solto será sempre pessoalmente intimado da sentença condenatória, seja assistido pela Defensoria Pública ou defensor dativo, seja contando com defensor constituído.

c) O acusado solto será sempre pessoalmente intimado da sentença absolutória, seja assistido pela Defensoria Pública ou defensor dativo, seja contando com defensor constituído.

d) É dispensada a intimação da sentença condenatória, pessoal ou editalícia, do acusado solto assistido pela Defensoria Pública se teve decretada a revelia no curso da ação penal por não ser mais localizado nos endereços disponíveis.

e) O acusado preso será sempre pessoalmente intimado da sentença condenatória.

48. Sobre o recurso de apelação criminal no procedimento comum e do júri, é correto afirmar:

a) Tem efeito devolutivo amplo nos processos do tribunal do júri.

b) Tem cabimento restrito às sentenças definitivas condenatórias ou absolutórias proferidas por juiz singular, além das decisões do tribunal do júri.

c) A interposição exige petição subscrita pelo advogado ou pelo Defensor Público atuantes na causa.

d) O oferecimento posterior das razões recursais a destempo constitui mera irregularidade que não impede o conhecimento do recurso.

e) Não tem efeito suspensivo se ao acusado é negado o direito de recorrer em liberdade, permitindo assim tanto a execução provisória da pena quanto a inclusão do nome no rol dos culpados.

49. Sobre a assistência à acusação no processo penal, é correto afirmar

a) Do despacho que admitir, ou não, o assistente à acusação caberá recurso em sentido estrito.

b) É vedado ao assistente de acusação arrolar testemunhas, em qualquer hipótese.

c) O assistente à acusação poderá ser admitido até mesmo após a sentença, quando receberá a causa no estado em que se encontra e atuará exclusivamente na fase recursal.

d) É possível a habilitação da assistência à acusação ainda na fase de inquérito policial.

e) Na falta do ofendido, poderá intervir como assistente do Ministério Público o cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

50. De acordo com a recente jurisprudência das cortes superiores, a respeito da competência estadual ou federal, é correto afirmar:

a) Havendo indícios da transnacionalidade do delito, a competência para o julgamento do crime de tráfico de entorpecentes é da Justiça Federal.



- b) A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, de competência da Justiça Federal.
- c) A competência para processamento e julgamento de crime de roubo praticado contra agência franqueada dos correios é da Justiça Federal.
- d) Compete à Justiça Estadual processar e julgar o crime de descaminho quando não há prova da internacionalização do produto pelo agente.
- e) O delito de atribuição de falsa identidade perante policial rodoviário federal é de competência da Justiça Estadual.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. Com base na previsão constitucional da nacionalidade, julgue as seguintes afirmativas:

I- Ao brasileiro nato ou naturalizado não é permitido adquirir outra nacionalidade e manter a brasileira.

II- José Silva, brasileiro nato, vai morar na Espanha. Após um tempo morando naquele país ele tem uma filha com uma cidadã espanhola. Conforme a CF/88 a filha de José poderá ser brasileira nata, desde que sejam cumpridos os requisitos constitucionais.

III- Os cargos de Ministros do STF e do STJ são privativos de brasileiros natos.

Assinale a opção correta:

- a) Apenas o item I está correto
- b) Apenas o item II está correto**
- c) Apenas o item III está correto
- d) Apenas os itens I e II estão correto
- e) Apenas os itens II e III estão correto

52. Em relação a Ação direta de Inconstitucionalidade é correto afirmar que:

a) O processo de ação direta é caracterizado como sendo um processo objetivo, sendo este o motivo pelo qual inexistente desistência da ação, inexistente participação do Procurador Geral da República e que todos legitimados não precisam de advogado para propor ADI.

b) O Conselho federal da OAB é considerado como sendo um legitimado especial, ficando vinculado ao requisito da pertinência temática.

c) A liminar em ADI não poderá ser concedida monocraticamente, devendo ter quórum de 2/3 dos ministros, sendo que seus efeitos são ex tunc e erga omnes.

d) No julgamento da ADI a causa de pedir aberta significa que o STF não está vinculado aos fundamentos expostos na inicial, podendo a inconstitucionalidade ser aferida em relação ao texto constitucional como um todo.

e) O Amicus Curiae é uma forma de intervenção de terceiros, sendo que as entidades que podem intervir nesta modalidade processual são as mesmas legitimadas como entidades de classe de âmbito nacional.

53. Sobre o sentido formal e material da Constituição é correto afirmar:

a) O sentido material da Constituição tem como elemento principal a forma como as normas constitucionais são produzidas.

b) O sentido formal da Constituição tem como principal elemento a decisão das maiorias presentes nas Assembléias Constituintes de inserir no texto constitucional os assuntos (temas) que são do seu interesse.

c) O sentido material da Constituição possui relação direta com a supremacia formal das normas constitucionais.

d) O sentido formal da Constituição tem como principal elemento de análise os fatores reais de



poder existentes na sociedade.

e) O sentido material da Constituição é fundamental para que estruture a rigidez constitucional.

54. Em relação ao processo legislativo assinale a alternativa correta:

a) Nas hipóteses em que a Constituição Federal prevê a competência privativa na iniciativa de projetos de lei por parte do executivo, eventual ofensa a essa regra não pode ser suprida pela sanção presidencial do projeto que possui esse vício de iniciativa.

b) As medidas provisórias podem ser editadas para regular todas matérias destinadas a atuação da lei ordinária.

c) O veto presidencial a projeto de lei poderá ser derrubado pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

d) Os decretos legislativos visam regular as matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional e necessitam de sanção presidencial para sua entrada em vigor.

e) Projeto de lei que seja rejeitado poderá ser reapresentado na mesma sessão legislativa desde que seja feito requerimento pela maioria dos membros do Congresso Nacional.

55. Em relação as previsões constitucionais sobre o Poder Judiciário é correto afirmar que:

a) O magistrado que ingressa na carreira por meio de concurso público terá estabilidade após 3 anos, não podendo perder o cargo em nenhuma hipótese.

b) O Conselho Nacional de Justiça tem competência para realizar controle de constitucionalidade, seja difuso ou concentrado, visando suprimir atos do poder público contrários ao texto constitucional

c) A escolha de ministro do Supremo Tribunal Federal será feita dentre brasileiros, com mais de 35 e menos de 65 anos, sendo que o Presidente da República indica o nome e o Congresso Nacional confirma a escolha por maioria absoluta de seus membros.

d) O ingresso nos Tribunais por meio do quinto constitucional é facultado ao cidadão com mais de 10 anos de atividade jurídica e que seja nomeado pelo chefe do Poder Executivo após escolha pelo respectivo Tribunal em que irá exercer a atividade.

e) O Conselho Nacional de Justiça não possui competência para fiscalizar, reexaminar ou interferir nos efeitos de decisão judicial, proferida por membro do Judiciário no exercício de sua função jurisdicional.

56. O estado Y, localizado na região nordeste do país, tem um forte movimento para separação da parcela sul de seu território. O movimento de desmembramento e formação de novo Estado cresce e consegue, junto ao Congresso Nacional, a convocação de um plebiscito para deliberar sobre a formação ou não de novo Estado. Com base na previsão constitucional para formação de novos Estados- Membros é correto afirmar:

a) O plebiscito para criação de novo Estado é vinculante em caso de aprovação pela população diretamente interessada, devendo posteriormente o Congresso Nacional elaborar e promulgar o projeto de lei complementar.

b) O plebiscito para criação de novo Estado não é vinculante em caso de aprovação pela população diretamente interessada, mas nesse caso o quórum de aprovação da lei é de 3/5.

c) O plebiscito para criação de novo Estado não é vinculante em caso de aprovação pela população diretamente interessada, devendo posteriormente o Congresso Nacional elaborar o projeto de lei ordinária.

d) O plebiscito para criação de novo Estado não é vinculante em caso de aprovação ou rejeição pela população diretamente interessada, podendo o Congresso Nacional, em caso de aprovação, elaborar o projeto de lei complementar e enviar ao Presidente da República para sanção ou veto.



e) O plebiscito para criação de novo Estado é vinculante em caso de aprovação ou rejeição pela população diretamente interessada devendo o Congresso Nacional, em caso de aprovação, elaborar o projeto de lei ordinária e enviar ao Presidente da República para promulgação e publicação.

57. Um dos temas que mais tem sido destaque recentemente é o impeachment. Em relação as afirmativas abaixo, está correta:

- a) O art. 85 da CF/88 estabelece os crimes de responsabilidade do chefe do Poder Executivo de forma taxativa.
- b) No impeachment do governador do Estado as normas que disciplinam o processo são a legislação federal e a legislação, visto que o STF entendeu ser este um caso de exercício de competência legislativa concorrente.
- c) **Ao ser analisado no Senado Federal, o pedido de impeachment do Presidente da República possui três fases: juízo de acusação, juízo de pronúncia e julgamento final.**
- d) O pedido de impeachment do Presidente da República pode ser formulado tanto por pessoa física ou pessoa jurídica, sendo que a análise sobre o recebimento ou não compete ao presidente do Senado Federal.
- e) Conforme manifestação do STF, na ADPF 378, não cabe controle jurisdicional do processo de impeachment, seja na forma ou no conteúdo, pois este processo tem natureza política.

58. O Presidente da República editou o Decreto n. XXXX/2021, estabelecendo regras para inscrição nos Conselhos Regionais de Medicina. Além da graduação em Medicina e da residência, será necessário a conclusão de uma pós-graduação, com carga horária mínima de 580 horas de aula, e realização cursos de aperfeiçoamento/especialização no transcorrer da pós-graduação. A medida tem por objetivo conferir maior controle sobre a formação do profissional, num momento de necessidade dos serviços de saúde pelo país em razão da pandemia. Com base no enunciado é correto afirmar:

- a) **A restrição do direito fundamental a liberdade profissional por meio de decreto presidencial é incorreta, pois inexistente lei que estabeleça essas qualificações profissionais previstas no decreto.**
- b) A restrição do direito fundamental a liberdade profissional por meio de decreto presidencial é contrária ao previsto pela CF/88, mas a fixação de parâmetros de horas de pós-graduação para inscrição profissional não é desproporcional.
- c) A restrição do direito fundamental a liberdade profissional por meio de decreto presidencial é contrária ao previsto na CF/88, pois decretos somente podem estabelecer algumas qualificações profissionais ao exercício de atividades, sendo vedado ao decreto dispor sobre a totalidade das restrições.
- d) A restrição do direito fundamental a liberdade profissional por meio de decreto presidencial é correta conforme o previsto para o direito a liberdade profissional, em razão de melhor qualificar os profissionais de saúde.
- e) A restrição ao direito fundamental é incorreta, pois inexistente previsão constitucional para restringir a liberdade profissional.

59. Com base na previsão constitucional da intervenção federal, julgue as seguintes afirmativas:

- I- Quando proposta Ação Direta Interventiva, por parte do Procurador Geral da República, quem irá decretar a intervenção Federal será o Presidente do STF.
- II- A intervenção federal deverá ter duração máxima de 60 dias, podendo ser renovada, por igual período, enquanto perdurarem as circunstâncias que determinaram sua decretação.
- III- No caso das chamadas intervenções espontâneas pelo Presidente da República, o decreto de



intervenção deve ser encaminhado ao Congresso Nacional para apreciação.

Assinale a opção correta:

- a) Apenas o item I está correto
- b) Apenas o item II está correto
- c) **Apenas o item III está correto**
- d) Apenas os itens I e II estão correto
- e) Apenas os itens II e III estão correto

60. Sobre os direitos fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) O direito de liberdade de expressão é chamado liberdade mãe por não admitir nenhum tipo de restrição, seja por lei ou em casos de colisões com outros direitos fundamentais.
- b) **Conforme posição do STF a liberdade de reunião em locais públicos pode ser realizada mesmo em casos em que inexista o prévio aviso a autoridade competente.**
- c) A liberdade religiosa e a liberdade consciência são direitos fundamentais idênticos, pois a previsão na CF/88 dá idêntico sentido a esses direitos.
- d) A liberdade de associação contempla o direito de criar e extinguir uma entidade associativa, sendo vedado que pessoas jurídicas exerçam esse direito fundamental.
- e) O direito de ir e vir só contempla restrições ao seu exercício em tempo de guerra, sendo possível seu exercício pela pessoa física e pela pessoa jurídica de direito privado.

**PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III****Edital 014 /2021****Prova Seletiva Discursiva – 2ª Etapa****LÍNGUA PORTUGUESA**

01. Faça a correção da acentuação gráfica nas frases, de acordo com a norma culta da língua portuguesa e a nova ortografia. Ao verificar a necessidade de correção, reescreva a frase completa de cada uma das alternativas abaixo:

a) Ela deve por em prática tudo que aprendeu.

Resposta:

b) Eles tem que resolver o exercício de direito tributário.

Resposta:

c) Estes aqui são os papeis que não entreguei para você.

Resposta:

d) Ele vai ter que percorrer todos os polos para conseguir cumprir o determinado.

Resposta:

e) Tive uma boa ideia para os nossos estudos dos informativos.

Resposta:

f) Isso foi decidido em assembleia no ano passado.

Resposta:



Caminho da Resposta:

- a) Ela deve **pôr** em prática tudo que aprendeu. (Não mudou na nova ortografia o acento diferencial do “pôr”, verbo no infinitivo).
- b) Eles **têm** que resolver o exercício de direito tributário. (Não mudou na nova ortografia a terceira pessoa do plural do presente do indicativo do verbo TER, permanece com acento o “têm”).
- c) Estes aqui são os **papéis** que não entreguei para você. (Não mudou na nova ortografia o acento agudo de “papéis”, pois permanece nas oxítonas).
- d) Ele vai ter que percorrer todos os **polos** para conseguir cumprir o determinado. (Não recebe acento gráfico na nova ortografia a palavra “polo”, de extremidade).
- e) Tive uma boa **ideia** para os nossos estudos dos informativos. (Na nova ortografia, a palavra “ideia” perdeu o acento por ser paroxítona com ditongo aberto).
- f) Isso foi decidido em **assembleia** no ano passado. (Na nova ortografia, a palavra “assembleia” perdeu o acento por ser paroxítona com ditongo aberto).

DIREITO

02. Com relação aos poderes instrutórios do juiz, segundo prevê o Código de Processo Civil, considere as seguintes ponderações e afirmações para fundamentar a correspondente resposta (que preferencialmente deverá ser realizada em modelo dissertativo-argumentativo e/ou dissertativo-expositivo):

- a) Os poderes instrutórios do juiz permitem determinar de ofício a produção de provas? Se positiva a resposta, essa determinação pode ser concorrente ao ônus probatório das partes ou deve ser residual? Explique.
- b) A natureza do Direito discutido (disponível ou indisponível) tem alguma influência sobre a iniciativa probatória do juiz?
- c) E, nada obstante os pontos até aqui destacados, a iniciativa probatória do juiz está sujeita à preclusão temporal?

Caminho da Resposta:

No que toca à iniciativa probatória do Juiz, o art. 370 do Código de Processo Civil expressamente autoriza que o magistrado determine, inclusive de ofício, *as provas necessárias ao julgamento do mérito*.

Relativamente à atuação concorrente ou residual do magistrado, a melhor orientação acerca da iniciativa probatória, segundo diz a doutrina (José Miguel Garcia Medina. **Novo Código de Processo Civil comentado**. 5ª., RT, 2017, p. 660-662) e já decidiu o Superior Tribunal de Justiça (STJ, REsp 1105509/RN, rel. Min. Marco Buzzi e REsp



894.443/SC, rel. Min. Thereza de Assis Moura), é que ela esteja, de regra, circunscrita ao campo residual de atuação das partes, em especial quando se trata de Direito Privado e esteja em análise de direito disponível (tendo em vista a previsão de ônus probatório, nos termos do art. 373 do CPC). Já nos casos em que há direito indisponível, manifesta desproporção econômica/técnica entre as partes ou, então, *interesse público de efetividade da Justiça*, caberia ao juiz ter iniciativa probatória concorrente àquela concedida às partes.

Por fim, a par de todo o alegado, é de se ver que em qualquer caso a iniciativa probatória do juiz não está sujeita à preclusão temporal, consoante também orienta a melhor doutrina e a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.677.926/SP, rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva).

DIREITO

03. No que toca ao instituto do dano moral no ordenamento jurídico brasileiro, considere as seguintes ponderações e afirmações para fundamentar a correspondente resposta (que preferencialmente deverá ser realizada em modelo dissertativo-argumentativo e/ou dissertativo-expositivo):

a) O dano moral encontra amparo no direito positivo ou está fundamentado apenas nos princípios gerais do direito? Fundamente sua resposta indicando os dispositivos e/ou princípios aplicáveis.

b) Em que consiste o denominado dano moral *in re ipsa*? A sua análise e reconhecimento difere dos casos em geral de dano moral? Fundamente sua resposta indicando ao menos uma hipótese na qual temos a ocorrência do dano moral *in re ipsa*.

c) A pessoa jurídica pode sofrer dano moral? Há algum requisito específico para o seu reconhecimento?

Caminho da resposta:

O dano moral está previsto no direito positivo brasileiro, expressamente elencado no art. 5º, V e X, da Constituição Federal, assim como no art. 186 do Código Civil. Por sua vez, dentre os princípios gerais do direito que ainda assim são aplicáveis, teríamos aquele denominado *alterum non laedere* (*neminem laedere* – não causar dano a outrem), bem como aqueles da boa-fé e da dignidade da pessoa humana, *verbi gratia*.

Relativamente ao conceito do denominado dano moral *in re ipsa*, por vezes também dito dano moral presumido, ele distingue-se dos casos de dano moral em geral porque prescinde da demonstração da ocorrência do dano em si, já que o resultado lesivo seria uma consequência lógica da própria ilicitude do fato, sendo, nesse aspecto, desnecessária a comprovação do abalo psicológico suportado pela vítima. Com isso sua análise guarda essa particularidade, já que decorre de uma presunção de natureza judicial, na qual, "demonstrada a prova do fato lesivo, não há a necessidade de se comprovar o dano moral, porque ele é tido como lesão à personalidade, à honra da pessoa, revelando-se, muitas vezes, de difícil demonstração, por atingir reflexos estritamente íntimos" (CAMBI, Eduardo. HELLMAN, Renê Francisco. **O dano moral in re ipsa e sua dimensão probatória na jurisprudência do STJ**. Revista de Processo.



Vol. 291. Ano 44. São Paulo: Ed. RT. 2019, p. 317).

Teríamos casos de dano moral *in re ipsa*, por exemplo, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: **morte de parente** (AgInt no REsp 1165102/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 07/12/2016); **recusa indevida do plano de saúde de realizar tratamento prescrito por médico** (AgInt no AREsp 1573618/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/06/2020, DJe 30/06/2020); **publicação não autorizada de imagem** (AgInt no AgInt no AREsp 1546407/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/05/2020, DJe 26/05/2020); **falha da prestação de serviço essencial** (AgInt no AREsp 771.013/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/10/2020, DJe 16/10/2020).

Por fim, ainda quanto à temática em análise, é certo que a pessoa jurídica pode sofrer dano moral, sendo a tese objeto inclusive da Súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça (“A pessoa jurídica pode sofrer dano moral”). O requisito específico que se exige nesses casos é que fique demonstrado o maltrato à honra objetiva da pessoa jurídica.